



Os sentidos da palavra *participação* em uma produção acadêmica do banco Earte

Carla Andrea Moreira¹

Universidade de São Paulo - USP

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6835-1809>

Rosana Louro Ferreira Silva²

Universidade de São Paulo – USP

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5787-2331>

Resumo: Este estudo teve como proposta compreender como o termo *participação* se configura em uma dissertação de Educação Ambiental, tendo como base de busca a plataforma digital EArte entre os anos de 1981 a 2016. O referencial teórico metodológico concebido para reflexões sobre as disputas de sentido do termo *participação* foi a teoria do enunciado proposta pelo Círculo de Bakhtin e a concepção crítica de Educação Ambiental. A partir da análise de uma dissertação, foi possível localizar reproduções das relações de poder e refletir sobre como opera a ideologia dominante na manutenção das estruturas hierárquicas legitimadas nos enunciados, em contraposição aos pressupostos da concepção crítica da Educação Ambiental. A Educação Ambiental deve assumir o papel de reconstrução de discursos, ao evidenciar a luta de classes invisibilizada pelas ideologias da classe dominante.

Palavras-chave: Participação, Educação Ambiental, Teoria do Enunciado.

Los sentidos de la palabra *participación* en producción académica del banco EArte

Resumen: Este estudio tuvo como propuesta comprender cómo el término “participación” se configura en una disertación sobre Educación Ambiental entre los años 1981 y 2016, teniendo como base de la búsqueda la plataforma digital EArte. El marco teórico metodológico concebido para reflexiones sobre las disputas sobre el sentido del término “participación” fue la teoría de la enunciación propuesta por el Círculo de Bajtín y la

¹Mestre em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo (PIEC-USP). E-mail: carlanature@gmail.com

²Professora associada da área de Ensino de Biologia do Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo – IBUSP. E-mail: rosanas@usp.br

concepción crítica de la Educación Ambiental. A partir del análisis de una disertación, fue posible localizar reproducciones de las relaciones de poder y reflexionar sobre cómo opera la ideología dominante en el mantenimiento de las estructuras jerárquicas legitimadas en los enunciados, en contraposición a los presupuestos de la concepción crítica de la Educación Ambiental. La Educación Ambiental debe asumir el papel de reconstrucción de discursos, de modo a evidenciar la lucha de clases invisibilizada por las ideologías de la clase dominante.

Palabras clave: Participación, Educación Ambiental, Teoría de la Enunciación.

The senses of the word *participation* in an academic production in the EArte database

Abstract: This study proposed to understand how the term “participation” is configured in a dissertation on Environmental Education between 1981 and 2016, having the digital platform EArte as a search base. The methodological theoretical framework designed for reflections on the disputes of meaning of the term “participation” was the theory of the utterance proposed by the Bakhtin Circle and the critical conception of Environmental Education. From the analysis of a dissertation, it was possible to locate reproductions of power relations and reflect on how the dominant ideology operates in the maintenance of legitimate hierarchical structures in the utterances, as opposed to the assumptions of the critical conception of Environmental Education. Environmental Education must assume the role of reconstruction of discourses, in order to highlight the struggle of invisible classes by the ruling class ideologies.

Keywords: Participation, Environmental Education, Theory of the Utterance.

Introdução

Em uma perspectiva sócio-histórica, percebe-se que o conceito de participação é condicionado pelas constantes transições políticas, econômicas e sociais às quais são submetidas às sociedades para diferentes fins, ideologias e projetos políticos.

Segundo Hickey e Mohan (2004) o conceito de participação tem uma origem variada no desenvolvimento do pensamento e da prática do que normalmente é reconhecido, e têm sido periodicamente ressignificado devido novas escolas de pensamento, agendas institucionais e mudanças nas circunstâncias políticas. Estudos demonstram mudanças nas formas de sua institucionalização, abordagem, locus de ação e desdobramentos políticos, dentre outras implicações na sociedade contemporânea (COOKE; KOTARI. 2001; HICKEY; MOHAN, 2004; DAGNINO, 2004).

Diante disso, é possível reconhecer diferentes sentidos contraditórios, o que caracteriza uma disputa ideológica pelo significado da palavra *participação*. Essas contradições são materializadas nas formas discursivas produzidas pelos sujeitos e podem ser estudadas a partir da análise do discurso. Essa disputa pelos sentidos da palavra *participação* em especial, configura-se no campo político devido a busca pela consolidação de um projeto de sociedade participativo para instauração de modelos democráticos de sociedade (DAGNINO, 2004).

É fato que regimes democráticos difundidos na modernidade pautam suas decisões em processos participativos que vão além do ato eleitoral em si mesmo, com vistas à representação dos diversos segmentos da sociedade, onde os atores devem ter um papel prioritário na construção e organização dos rumos da sua comunidade. No entanto, no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal, é possível reconhecer um deslocamento do papel da sociedade civil no que se refere às formas de participação dos atores sociais:

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário (DAGNINO, 2004, p. 97).

Ainda, segundo a autora, as implicações desse deslocamento resultam em uma gradativa despolarização do sentido da participação em sistemas democráticos, na medida em que o próprio objetivo da participação enquanto ação coletiva é transformada em uma perspectiva individualista e privatista. Soma-se a isso o fato que às formas de participação podem ser descaracterizadas a tal ponto, que podem inclusive legitimar formas de dominação e poder por meio de estratégias de manipulação ideológica participativa que não permite enxergar problemas ou contradições impostas pelo contexto econômico-social e político (TEIXEIRA, 1997).

Mediante esse breve contexto, denota-se uma tensão entre os propósitos que fundamentam a construção de uma sociedade democrática, ativa em todos os processos constitutivos da cidadania, e os interesses econômicos que influenciam diretamente na organização e estruturação da vida social.

Essa disputa pelo sentido da palavra *participação* também se coloca como central no processo educativo, com vistas a formação de uma pretendida sociedade democrática. Isso porque, ao conceber a educação como meio para construção do tecido social e para o fortalecimento da democracia, mediante princípios e fundamentos didático-pedagógicos, o termo *participação* adquire relevante protagonismo. Em especial, quando se pensa em Educação Ambiental, a participação é reconhecida como estratégia capaz de mobilizar os atores sociais e de potencialmente transformação social, o que propomos algumas reflexões a partir da perspectiva crítica.

O sentido da palavra *participação* na perspectiva crítica da Educação Ambiental

Segundo Hart (1992), a participação é elemento fundamental para o exercício da cidadania. Isso porque o termo é geralmente empregado em contextos que envolvem processos de tomada de decisão que potencialmente afetam a vida em comunidade em um regime democrático de sociedade. Todavia, antes de funcionar como estratégia para legitimação de ações cidadãs, a participação também pode ser concebida como ação voltada para a construção de cidadania (BAUMANN, 2000, apud LOUREIRO, 2004), assumindo um sentido de responsabilidade e de pertencimento a um determinado grupo social. Conjuntamente, essas duas concepções implicam em maior engajamento político por meio do reconhecimento e do pertencimento identitário, local, coletivo, em uma escala de entendimento das intrínsecas relações entre o micro e o macro, com deslocamento reflexivo necessário para se constituir enquanto ser social. Esse reconhecimento apresenta o potencial de transformação local como promotora de mudanças sociais que implicam na luta por justiça social.

A origem etimológica da palavra é do latim "participatio", que significa "ter parte na ação". Dessa forma, participação envolve ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir. Bordenave (1994) traz como questões-chave na participação num grupo: 1- qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões, 2- quão importante são as decisões de que se pode participar.

Independente das formas como a participação venha a ser vista, participar significa fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas (TEIXEIRA, 1997). Como consequência, implica um pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação entre as partes entre si e das partes com o todo, ao reconhecer que esse todo é heterogêneo, logo, esses interesses, aspirações, valores e recursos de poder assumem também propósitos diferenciados. Essas definições não diferem do sentido da palavra *participação* empregado pelo campo crítico da Educação Ambiental, sendo inclusive um dos elementos basais pelos quais se argumenta em favor das suas estratégias de ação pedagógica e política.

A concepção crítica da Educação Ambiental no Brasil desponta em um momento de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais e da educação popular voltada

para a valorização da autonomia dos sujeitos por meio da formação política e humana, tendo como estratégia principal o diálogo entre os diferentes setores da sociedade objetivando a instauração do regime democrático em um país pós-ditadura militar (LAYRARGUES; LOUREIRO, 2013). Dá-se, portanto, a construção de um novo pensamento acerca dos processos formativos da sociedade que se opõe a transmissão de conhecimentos como suficiente para a formação de sujeitos, e reconhece que as ideologias que justificam a reprodução de comportamentos pragmáticos favorecem a dicotomia espécie humana-natureza por não reconhecer a complexidade das relações sociais.

A ênfase na mudança de comportamento dos sujeitos e a busca por resultados em curto espaço de tempo sem problematizar toda a complexidade por trás da relação espécie humana-natureza, desconsidera a práxis como a capacidade de unir aspectos da teoria e da prática ao ser colocado em ação no mundo real, aspecto significativo quando se considera o processo de ensino-aprendizagem. Por meio da práxis, o reconhecimento da materialidade dos acontecimentos sociais e históricos como condicionantes do cotidiano permitem reflexões mais críticas sobre a produção e divisão de riqueza na modernidade e sua intrínseca relação com a degradação das condições de vida no planeta. Em vista disso, se faz necessária uma participação com enfoque em uma desconstrução da ideologia hegemônica, ao entendê-la como um processo complexo e contraditório entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, cujos papéis são redefinidos por meio do fortalecimento dessa sociedade civil na atuação organizada de indivíduos, grupos e associações (NEPOMUCENO, GUIMARÃES, 2016).

A ideia de participação, embora assumindo significados complexos e não hegemônicos para a Educação Ambiental crítica, também é considerada em outras concepções de Educação Ambiental. O trabalho de SILVA (2007) utiliza a abordagem de participação como uma das dimensões de análise para diferenciar a concepção de Educação Ambiental (juntamente com as dimensões da relação espécie humana/meio ambiente, dos valores, da visão de ciência e tecnologia e das atividades propostas).

Nesse sentido, considerando a polissemia do termo, diferencia os tipos de participação conforme o quadro 1 abaixo,

Quadro 1 – Significados do termo *participação* em diferentes concepções de EA

Conservadora	Pragmática	Crítica
<p>- Não há uma contextualização política e social dos problemas ambientais;</p> <p>- A dimensão da participação política não aparece.</p>	<p>- Participação do Estado pelas normas;</p> <p>- Oposição entre o social e natural nos processos participativos;</p> <p>- Cidadão participa como consumidor;</p> <p>- Propostas de participação individual.</p>	<p>- Participação em uma cidadania ativa;</p> <p>- Compartilhada nas diferentes instâncias (sociedade civil, governo, ONGs, etc.);</p> <p>- Ênfase na participação coletiva.</p>

Fonte: Adaptado de SILVA, 2007

A perspectiva crítica fundamenta o ato pedagógico em práticas políticas de exercício da cidadania e de gestão democrática em que a participação se coloca como sentido estruturante (NEPOMUCENO; GUIMARÃES, 2016), sobretudo na Educação Ambiental crítica, que sintetiza sua busca em três situações pedagógicas, segundo Loureiro e Layrargues (2013): i) promover uma análise complexa da realidade social e histórica com propósito de construir fundamentos necessários para questionar os condicionantes que geram a desigualdade e os conflitos ambientais atuais; ii) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; iii) implantar a transformação do padrão societário dominante no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e condição humana.

Assim, a participação é entendida como consolidação da autonomia de sujeitos capazes de tomar decisões guiadas por processos reflexivos que levam em conta sua relação com o outro, com o meio e consigo mesmo, ao perceber que a vida em sociedade demanda análises complexas devido à rede infinita de relações configuradas nela. Ainda, segundo Carvalho (2001), o conceito de participação implica em uma ação política, no sentido de promoção de ações coletivas e não partidárias, cujas ações são capazes de exercitar ações

cidadãs, além de incentivar a colaboração e a solidariedade entre as pessoas. Mais ainda, Carvalho considera o ato de participar como ação coletiva potencial para o fortalecimento da formação para cidadania e da prática da democracia, o que corrobora com o sentido do termo empregado pelas ciências sociais.

Dessa forma, a participação torna-se um elemento importante para o enfrentamento de situações de conflitos ambientais, partindo do princípio de que as ações são fortalecidas a partir do momento que são realizadas conjuntamente, e não de forma isolada, individualizada, ao compreender que o ambiente é social e coletivo, e não de uso exclusivo de um grupo em detrimento de outro. Para a perspectiva crítica de Educação Ambiental, a ideia de pertencimento local funciona como gatilho para a valorização de ações políticas que devem ter como ponto de partida um pensar local, ou seja, o despertar de um olhar crítico capaz de reconhecer problemas que são locais, que acontecem dentro de um determinado agrupamento social e, como consequência, levam a priorização de ações que valorizam, preservam e conservam bens comuns.

Segundo Loureiro (2004), a participação é um elemento capaz de promover a interação entre diferentes atores sociais enquanto definição do espaço comum e do destino coletivo. Por conseguinte, a participação assume um papel relevante no que diz respeito à conquista de autonomia das pessoas, requisito básico para a tomada de decisão, em substituição a conformidade ou anulação de busca por mudanças reais, que subvertem a ordem imposta por contextos sociais desiguais que afetam a qualidade de vida da comunidade. Logo, pensar a participação tem implicações profundas na Educação Ambiental como exercício da autonomia, imbricada a responsabilidade e a alteridade, com a convicção de que a individualidade se completa na relação com o outro e com o mundo e de que a liberdade individual perpassa a coletiva (NEPOMUCENO; GUIMARÃES, 2016).

Para isso, as estratégias adotadas pela perspectiva crítica da Educação Ambiental valorizam o diálogo como fundamento aglutinador dos diferentes saberes dos atores sociais, considerando-os potenciais promotores de mudanças locais, mas acima de tudo, como agentes participativos no processo de tomadas de decisões com vistas a valorizar as culturas locais, a multiplicidade de experiências, os valores e as ideias, na construção de ações para a

sustentabilidade, ações que podem funcionar como estratégia para incentivar a mobilização comunitária (JACOBI, TRISTÃO e FRANCO, 2009).

Todavia, são distintas às formas como o campo da Educação Ambiental é concebido e como às práticas pedagógicas são desenvolvidas, visto a diversidade de grupos sociais e sua condição sócio-histórica-cultural em dado contexto de produção de um discurso. Isso equivale refletir que, mesmo tendo em comum a eleição de ações educativas preocupadas com o meio ambiente, cada segmento social entende e emprega estratégias reconhecidamente distintas entre si ao colocar em prática essas práticas pedagógicas.

Segundo Carvalho (2016), o campo de pesquisa em Educação Ambiental é complexo, sujeito a construção de consensos por se constituir uma intersecção entre duas áreas historicamente complexas: a Educação e a Ambiental, e por essa razão, o campo de pesquisa em Educação Ambiental se caracteriza permeável a uma série de perspectivas de ambos os campos educacional e ambiental, não sendo possível propor uma definição única para a pesquisa produzida em Educação Ambiental. Contudo, a transversalidade da Educação Ambiental e permeabilidade de outras áreas do conhecimento, não exime o campo da necessidade de uma coerência interna em relação às perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas que orientam as práticas sociais de produção de conhecimento (Ibidem, 2016).

Logo, o sentido da palavra *participação* assume significativa relevância quando está em pauta a discussão acerca dos aspectos necessários para a Educação Ambiental, e o ato de participar se torna uma condição fundamental para um fazer em Educação Ambiental. Portanto, entende-se que esse se torna um dos maiores desafios para as práticas em Educação Ambiental: a promoção da participação capaz de encorajar mobilização para transformação.

Nesse sentido, justifica-se analisar essa disputa pelo sentido da palavra *participação* nas teses e dissertações sobre Educação Ambiental produzidas no Brasil, ao pretender analisar como o sentido se configura no texto e como essas disputas pelo sentido de participação se estabelecem nas formações discursivas, sobretudo, refletir como esses sentidos se aproximam ou se distanciam do propósito central da Educação Ambiental: fortalecer o exercício pleno da democracia ao ser capaz de levar ao reconhecimento que o ambiente é plural, de todos e para todos.

A análise do discurso: a teoria do enunciado e ideologia pelo Círculo de Bakhtin

Para a seleção dos enunciados, assumimos a teoria da enunciação proposta pelos membros do Círculo de Bakhtin (Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev) que concebe a linguagem como uma atividade social.

Na teoria da enunciação, o enunciado é definido como a unidade da comunicação discursiva, ou seja, ele é o produto do ato discursivo e deve ser concebido como um fenômeno social (BAKHTIN-VOLÓCHINOV, 2017 [1929]). Nessa perspectiva do Círculo, todo enunciado é responsivo, mesmo finalizado, ao funcionar como um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais. Para Bakhtin-Volóchinov, o enunciado sempre responde ou refuta algo, por isso, estariam em embate e interação constante. Além disso, ele se constitui durante a interação social, logo, o enunciado é de natureza social (Ibidem, 2017 [1929]). Nele é possível ver refletida as condições específicas e as finalidades de cada esfera social por meio do conteúdo temático, do estilo verbal ligado à seleção dos recursos da língua e sua construção composicional (GOULART, 2007).

Segundo a teoria da enunciação, a palavra é um fenômeno ideológico e, ao mesmo tempo, faz parte da realidade material. Ao buscar a compreensão do uso das palavras pelos sujeitos e o contexto em que foram produzidas, é possível revelar diferentes aspectos relacionados às significações sociais que representam os discursos produzidos, ou seja, o sentido da palavra é determinado pelo seu contexto. Assim, a palavra configura-se repleta de conteúdo e significação ideológica ou cotidiana.

Além disso, a palavra expressa os fenômenos da realidade, e sem a compreensão desse sistema a palavra não é palavra. Em vista disso, a palavra é a expressão simbólica de um signo, e ao levar em consideração que o falante se apropria desse signo para compor sua cadeia discursiva, sobretudo, sendo ele pertence a uma classe, com uma função social, a palavra falada ou pensada pelo falante representa um fenômeno da realidade.

De acordo com Bakhtin-Volóchinov,

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real. As condições da comunicação discursiva, as suas

formas e os meios de diferenciação são determinados pelas premissas socioeconômicas da época. São essas comunicações sociodiscursivas que determinam as alterações das formas de transmissão do discurso alheio analisadas por nós. Além disso, parece-nos que, nessas formas em que a própria língua percebe a palavra alheia e a individualidade falante, expressam-se de modo mais proeminente e saliente os tipos de comunicação socioideológica que se alternam na história. (BAKHTIN-VOLÓCHINOV, 2017 [1929] p. 262).

A concepção de linguagem resultante da conjugação dos membros do Círculo de Bakhtin, caracterizada por uma apropriação específica da noção de ideologia, representa um aporte teórico fundamental quando se objetiva a compreensão dos modos pelos quais, na sociedade contemporânea, as formas de pensamento materializadas nas práticas enunciativas relacionam-se com os processos políticos e econômicos e com os mecanismos de dominação inscritos na produção e circulação dos discursos (COSTA, 2016).

Podemos considerar que as produções de linguagem, reconhecidas como produtos da cultura imaterial humana (BAKHTIN, 1988), são de natureza ideológica. Podem ser considerados produtos imateriais a religião, as artes plásticas, a música, a literatura, a política e a ciência. Ao adotar essa perspectiva, as produções acadêmicas reproduzem discursos científicos e são, por consequência, produtos imateriais não neutros de ordem ideológica.

Segundo Bakhtin-Volóchinov (2017[1929]), qualquer produto ideológico integra uma parte da realidade natural e social e reflete e refrata outra realidade que está fora dos seus limites. Em vista disso, tudo que é considerado ideológico possui uma significação, ou seja, representa algo fora dele, logo, um signo. Um objeto físico, material, pode se tornar um significado além do que sua constituição material lhe permite significar. Nesta condição, em mundo sígnico, a significação atribuída aos objetos materiais ou imateriais acaba por refletir e refratar a realidade que os permeia, como uma espécie de rede imbricada, onde não há como neutralizar uma condição para ser analisada outra.

A ideologia, portanto, não se limita apenas a ter ideia sobre algo, mas adquire maior complexidade quando refletimos sobre as formas como a sociedade se organiza e opera, define e controla as formas de poder e controle social.

Bakhtin-Volóchinov constroem a concepção sobre ideologia fundamentados pelas bases marxistas que reconhecem a natureza materialista histórica dialética como estruturantes dos modos de pensar pelos modos de existir da sociedade. Isso significa afirmar

que os modos de produção definem a estrutura sociopolítica, e por consequência, determinam as formas, os atos e os temas de comunicação verbal e não verbal.

Nesse sentido, analisar essas relações e entender como são materializadas no discurso, se mostra uma estratégia relevante para analisar criticamente esse fenômeno, visto que o processo de atribuição de sentido também é permeado por esse contexto material histórico dialético.

Diante disso, este estudo propõe reflexões acerca do emprego da palavra *participação* em teses e dissertações ao buscar compreender como os sentidos se configuram ao longo do texto. Para atingir esse objetivo o estudo se guiará pela seguinte questão exploratória: Como os discursos sobre participação se configuram em teses e dissertações sobre Educação Ambiental?

Procedimentos Metodológicos

Para proceder a este estudo exploratório, que se situa no âmbito de pesquisa qualitativa, recorreu-se ao banco EArte (www.earte.net), plataforma digital que concentra produções acadêmicas *stricto sensu* realizadas no Brasil, que reúne atualmente 5951 teses e dissertações concluídas em todo o país sobre Educação Ambiental desde 1992 até 2016. (THIEMANN; CARVALHO; OLIVEIRA, 2019).

Como primeiro critério de seleção para composição do corpus, foi utilizado o recurso disponibilizado na plataforma que permite selecionar as teses e dissertações por meio das palavras-chave registradas no resumo. Com vistas a atender o objetivo deste estudo preliminar e analisar os sentidos da palavra *participação* nos textos acadêmicos, essa busca permitiu encontrar 99 produções entre teses e dissertações que elegeram a palavra *participação* como central em seu texto até a data deste estudo.

A partir dessa primeira composição do corpus, procedemos à leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007) de todos os resumos, orientada pelo segundo critério de seleção que consistiu em resumos que empregavam sistematicamente a palavra *participação* ao longo do texto, a fim de compreender como a palavra se configurava ao longo do discurso científico. Como leitura seletiva, Lima e Mioto definem ser uma procura que busca determinar o material que de fato interessa e que está diretamente relacionado aos objetivos da pesquisa.

Durante esse processo, concebemos as teses e dissertações produzidas como um gênero discursivo secundário (BAKHTIN, 2016), que são aqueles cujo processo de formação se dá ao incorporar e tornar mais complexos os enunciados da comunicação cotidiana imediata, definidos como gêneros discursivos primários. Segundo Bakhtin, os gêneros discursivos secundários surgem em contextos de convívio cultural mais complexos e organizados, geralmente por meio da escrita, como romances e pesquisas científicas.

Diante dos resultados da leitura exploratória, como última etapa da seleção do corpus para este estudo, foi selecionada uma dissertação, cujo texto foi lido com o propósito de analisar ao longo do texto as disputas por sentidos ao empregar a palavra *participação*. Essa escolha foi orientada pela seleção de uma dissertação que empregou reiteradamente o termo participação, de modo a dar centralidade ao seu significado dentro do contexto da pesquisa realizada, visto que tinha como objetivo avaliar a eficiência de um curso de Educação Ambiental oferecida por uma Instituição aparelhada pelo Estado: a Polícia Militar.

Para facilitar a análise dos sentidos da palavra *participação*, foi construído um sistema de codificação que teve como proposta identificar a seção do texto de onde o excerto foi extraído. Essa marcação está representada pela respectiva inicial dos excertos das seções, logo: seção resumo será identificada pelo símbolo (R); seção introdução pelo símbolo (I) e considerações finais (C.F).

A análise dialógica do discurso (ADD) fundamentada nos desenvolvimentos teórico-metodológicos pelos membros do Círculo de Bakhtin (Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev) foi o referencial teórico metodológico concebido para reflexões sobre as disputas de sentido da palavra *participação* nos discursos científicos sobre Educação Ambiental.

Análise da palavra *participação* configurado em uma dissertação de Educação Ambiental

Na sequência são apresentados excertos extraídos da dissertação selecionada para este estudo intitulada “A educação ambiental promovida pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental no Amapá no período de 2008 a 2012” para reflexões acerca do sentido da palavra *participação* ao longo do texto nas diferentes seções que compõem o enunciado.

A dissertação foi publicada no ano de 2013 e teve como objetivo analisar a participação de policiais militares em um curso oferecido pela própria instituição. O procedimento metodológico para obtenção dos resultados sobre participação foi a aplicação de um questionário semiestruturado, somado a análise documental dos materiais utilizados durante os cursos no período definido para a realização da pesquisa. Por isso, definida como uma pesquisa de natureza qualitativa-quantitativa.

Damos início às reflexões a partir do excerto do resumo (R) que emprega a palavra *participação*. Nele é possível reconhecer alguns elementos que são relevantes para discussão acerca da disputa pelo significado da palavra *participação* e compreender como a concepção do termo se configura no texto.

A seguinte afirmação define o objetivo principal da pesquisa realizada:

(R)...objetivou-se analisar se efetivamente ocorreu a eficácia da *participação* dos policiais militares dessa instituição na promoção educacional do meio ambiente no Amapá [...] Assim, concluiu-se que o Batalhão Ambiental do Amapá está sendo efetivamente eficaz na sua *participação* na promoção da Educação Ambiental. (DISSERTAÇÃO)

Inicialmente identificamos o uso do advérbio efetivamente e na sequência, o substantivo eficácia, ambos qualificando a palavra *participação*. Percebe-se pelo modo como se deu a formulação do enunciado e dos elementos linguísticos relacionados essa construção de sentidos, mediante a situação enunciativa da dissertação que a participação adquire uma concepção relacionada com um fazer, um cumprir, um ato que pode ser mensurado e qualificado, ao medir a participação de sujeitos em uma atividade pedagógica e prever efeitos desejados. É possível inferir que a concepção de participação está direcionada a um aspecto de resultado imediato, que pode ser mensurado quantitativamente mediante aplicação de um questionário ao público participante da pesquisa.

Seguimos refletindo sobre “... a eficácia da participação dos policiais militares...” que incide uma afirmativa em relação à capacidade de constatar um fato, no caso, a participação dos policiais militares em cursos de Educação Ambiental ministrados pela instituição Militar. Neste momento, cabe refletir sobre qual o significado representado por essa instituição da sociedade, que permite reconhecer a materialização das concepções ideológicas deste segmento que permeiam o enunciado.

De acordo com Bakhtin-Volóchinov (2017[1929]), o conteúdo ideológico é constitutivo dos sujeitos e da linguagem, somos orientados socialmente, fato que nos identifica como pertencentes a uma determinada classe. Por essa perspectiva, a consciência individual nada mais é que um produto da consciência coletiva do grupo social ao qual o sujeito pertence, e como consequência, é constituída pelas ideologias disseminadas pelo agrupamento social ao qual integra. Consequentemente, os signos interiores que compõem a consciência são resultantes dos signos presentes no mundo exterior e os quais determinado grupo social as replica e as reforça constantemente, por meio de outros signos de forma não intencional. Isso significa considerar que nossa consciência é dialógica mediada por signos que estão presentes no mundo exterior, por consequência, é ideológica.

Diante disso, não há como dissociar o fenômeno ideológico do material sócio-cultural, assim como não há como isolar às vozes, independente da nossa vontade e consciência, de um ponto de vista, opiniões e avaliações da classe à qual pertencemos (BAKHTIN-VOLÓCHINOV 2017[1929]).

As instituições militares são, por uma condição sócio-histórica e cultural, reguladas por sistemas normativos que objetivam proteger e defender a integridade dos bens materiais do Estado. A busca por uma participação com resultados eficientes e por eficácia revela uma dimensão executora da participação, capaz de ser mensurada e classificada de acordo com uma escala previamente estipulada e possível de ser quantificado, o que favorece uma compreensão de uma participação como uma ação pontual e individualizada.

Também permite uma interpretação pragmática das formas de participação ajustadas dentro de uma normatização de forma dicotômica: aqueles que “participam” e aqueles que não “participam”, ao subentender a participação como uma ação que é capaz de promover a Educação Ambiental dos participantes, ou seja, participar do curso implicaria promover Educação Ambiental, ou nos termos do próprio fragmento do enunciado: “... promoção educacional do meio ambiente...” que vale também refletir a formação semântica discursiva.

No caso, o substantivo promoção é associado ao caráter adjetivado de educação, o que favorece reconhecer mais uma vez o aspecto ideológico da instituição sob uma perspectiva hierárquica de saber: uma promoção, ou seja, uma escala no processo formativo dos policiais militares. Além disso, o que pode ser entendido como uma promoção de

educação do meio ambiente? Seria o ensino de conceitos sobre meio ambiente? Entendemos que o termo leva a uma concepção pragmática de Educação Ambiental (SILVA; CAMPINA, 2011) ao concebê-la como um componente curricular responsável por ensinar conceitos. Isso se confirma mais adiante quando avançamos nas análises do texto em (I) e onde o termo *participação* surge configurado no enunciado,

(I) A atuação dessa disciplina não se restringe somente ao âmbito escolar, também envolve a *participação* consciente de cada cidadão e organizações no que concerne à manutenção e conservação do meio ambiente.(DISSERTAÇÃO)

Além de categorizar a Educação Ambiental como componente disciplinar no ensino formal, a palavra *participação* ressurge com o sentido de uma ação “consciente de cada cidadão”, logo uma atitude individualizada mediada pela consciência reguladora das ações dos sujeitos. Cabe novamente uma remissão aos construtos teóricos propostos pelos membros do Círculo de Bakhtin no que se refere ao fenômeno ideológico da palavra em uso e sua materialidade sígnica, ao refletir que a participação é entendida enquanto ato individualizado mediado pela consciência de um cidadão. Como consequência, implicaria em um tipo de participação que é normatizada pelos valores instituídos pela superestrutura (BAKHTIN-VOLÓCHINOV 2017[1929]), representada pela autoridade do Estado e regulada pelas forças repressoras, como as instituições militares.

Mais adiante, destacamos novo fragmento (I) em que a esfera de participação alcança uma conotação coletiva em dois níveis hierárquicos: a articulação entre órgãos estatais, logo, aparelhos do Estado enquanto mantenedores das relações de poder socialmente constituídos e a comunidade, ou melhor, a sociedade civil. Entre eles se encontrariam os conselhos de segurança ambiental, instituições mistas que são compostas pela sociedade civil e por representantes do Estado,

(I)Entende-se que o Batalhão Ambiental no município de Macapá, quando articulado com os conselhos de segurança ambiental e dos órgãos estaduais de defesa do meio ambiente fomentando a *participação* comunitária, de forma consciente, contribui para que um programa de EA atinja seus objetivos. (DISSERTAÇÃO)

Nesse contexto, a participação toma outra proporção ao ser valorizada à articulação entre diferentes segmentos da sociedade e relacionada ao seu potencial de ação quando combinadas. Chama a atenção o termo entre vírgulas “de forma consciente”, o que impõe de certa maneira uma condição para que essa articulação aconteça e “atinja os objetivos”. Quem

regularia essa forma consciente? Percebe-se que os órgãos estatais ocupam suas posições hierárquicas mais uma vez, dessa vez enunciados como aqueles que fomentam (nos termos do enunciado) a participação da comunidade, agindo como reguladores e recrutadores de processos participativos da sociedade civil. Novamente permite identificar uma divisão de classes e uma relação de poder instituído pelo Estado como aquele que convoca a participação cidadã. Mesmo os conselhos sendo órgãos que democraticamente instituídos devem ser mistos, ou seja, compostos por diferentes representantes sociais, o tipo de participação obedece a uma relação de poder capaz de classificar às formas conscientes como forma de regulação do tipo de participação.

A presença do Batalhão nessa articulação junto aos órgãos estatais representa um arranjo entre diferentes instâncias de poder que instituem como a participação comunitária se dá para juntas contribuírem no “programa de EA”. Um programa de EA pode ser considerado algo posto, planejado, já construído, logo, a participação implicaria na execução de algo já construído, uma execução de algo pensado não necessariamente pelos mesmos grupos.

Essa cadeia discursiva se mantém ao longo do texto (I) e evolui no sentido de discussão dos documentos normativos federais, ao justificar o papel da participação no processo de Educação Ambiental, em especial, a Constituição Federal como instrumento oficial, por caracterizar ações voltadas a regular as ações no país:

(I)A temática sobre o Meio Ambiente não está presente apenas no art. 225, pode-se encontrá-la ainda em diversos artigos constitucionais de forma difusa. Entende-se que ao estabelecerem-se direitos e deveres, a legislação propõe a *participação* de todos (poder público e coletividade), sendo de extrema importância a aquisição de conhecimentos, habilidades e a reflexão crítica dos problemas ambientais. Com isso, almeja-se promover a *participação* responsável de cada cidadão nos processos decisórios em torno das diversas políticas desenvolvidas no âmbito Estatal, e que são, evidentemente, de interesse social – e ambiental. (DISSERTAÇÃO)

A participação é mencionada como uma extensão dos direitos e deveres dos cidadãos, por consequência, configura-se novamente como um processo controlado por um sistema de poder capaz de ser regulada, ordenada, validada segundo critérios estabelecidos por um sistema externo, condição que se confirma quando enuncia “... extrema importância a aquisição de conhecimentos, habilidades e a reflexão crítica...”. A aquisição de conhecimentos adquire um status moderador dessa participação, o que permite reconhecer que a

participação estaria necessariamente vinculada com uma pré-formatação, ou seja, a participação exigiria uma formação prévia de signos ideológicos mediados por discursos sobre meio ambiente e que, conseqüentemente reflete e refrata as ideologias dominantes da instituição militar.

Na seqüência, espera-se que a participação seja “responsável” e de “cada cidadão”, logo, novas condições que qualificam essa participação e atribuem um desempenho individualizado e impregnado de valores éticos e morais regulatórios mediados por um sistema regulador via legislação, como a Constituição Federal. Esse sentido tem continuidade no texto, ainda em (I), ao registrar que,

(I)A *participação* e o exercício da cidadania, com empenho e responsabilidade, são fundamentais na construção de uma nova sociedade mais justa e em harmonia com o ambiente.(DISSERTAÇÃO)

Nesse caso, a participação parece ser algo distinto do “exercício da cidadania”, instâncias separadas, duas ações qualificadas pelo uso dos termos: “empenho e responsabilidade”. Ambas as qualificações também podem ser avaliadas individualmente, por meio de sistemas pré-estabelecidos, o que permitiria ser avaliado, mensurado, quantificado por algo, ou alguém, que detém a capacidade de julgar essa participação, o que valida o discurso sobre a eficiência da participação sendo mensurada de forma estanque.

Em (C.F), a relevância da participação enquanto ação é reconhecida, mas em forma de um princípio,

(C.F) Por fim, como foi visto no decorrer deste trabalho através do princípio da participação, a sociedade deixa de ser mera espectadora e assume o papel de protagonista e parceira na preservação ambiental. Este princípio traduz o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, nas questões ambientais, como um pleno exercício da cidadania e como a mais consciente e honesta demonstração de respeito ao Planeta Terra. (DISSERTAÇÃO)

A participação, nesse contexto, passa por uma regulação, uma norma, ou seja, regida por princípios. O sentido da palavra *participação* adquire novamente a forma de uma ação regulatória capaz de treinar a sociedade executora de ações mediadas por uma concepção de cidadania também qualificada por valores éticos e morais. É possível identificar a manutenção do caráter ideológico refletido e refratado no enunciado sob o ideário de uma sociedade regulada por normas institucionais hierarquizadas para manutenção de uma ordem e

disciplina, como forma de controle de ações que possam lesar o funcionamento do sistema operante.

Bakhtin (2016) considera o texto como um reflexo do mundo objetivo e expressão da consciência. Mais ainda, ao tratar sobre os aspectos da consciência, para Bakhtin-Volóchinov (2017 [1929]), o fenômeno psíquico deve também ser compreendido e interpretado por meio dos fatores sociais determinantes da vida material e concreta do meio social, logo a consciência também é mediada por signos ideológicos.

Outro fator relevante que propomos refletir se refere à relação dicotômica sociedade-natureza marcada, quando no texto a participação é configurada como ação mediada por princípios capazes de mobilizar as organizações sociais, entendidos como diferentes “segmentos da sociedade”, em prol de um objetivo maior, no caso, a preservação ambiental. Isso porque a sociedade é representada como um sistema coletivo e diversificado, mas separada do planeta Terra, visto que o planeta surge como um ente que deve ser respeitado, e que valores como honestidade e consciência são empregados como qualificadores da forma como essa preservação deve ser empreendida.

Algumas considerações

Dadas as limitações impostas pelo número restrito de análises procedidas neste artigo, propomos algumas reflexões permitidas ao longo deste estudo.

Por meio dos construtos teóricos deixados pelos membros do Círculo de Bakhtin, foi possível identificar como o discurso materializa os signos ideológicos de uma classe nas formações discursivas, mesmo se tratando de um texto de natureza científica rigidamente regulada por normas e dedicado a uma audiência específica.

A partir da análise do texto foi possível localizar reproduções das relações de poder e entender como estruturas hierárquicas legitimam os discursos e reforçam formas de controle social, ao funcionar como balizadora das formas de participação dos atores sociais em contraposição aos pressupostos pela concepção crítica da Educação Ambiental, que tem como propósito construir de novas formas de conceber e viver no mundo.

Dessa maneira, os fragmentos do texto da dissertação analisados refletem e refratam a realidade histórica de nossa época. A ideologia dominante é materializada nos enunciados

e ganha voz nos enunciados ao despolitizar o sentido da palavra *participação* ao minimizar seu significado em adesão em programas instituídos por órgãos de controle do Estado. A participação individualizada, compartimentada em comportamentos de reprodução, onde os sujeitos se tornam culpados e individualmente responsáveis pela mudança de comportamento. Comportamentos condicionados e controlados pelas mesmas instituições validadas socialmente.

Percebe-se com isso a reprodução da ideologia hegemônica que constitui o sentido dos enunciados, sendo legitimada a disseminar a concepção de uma natureza que precisa ser protegida, uma natureza dissociada da natureza humana, em que a espécie humana é concebida como aquela que protege ou aquela que destrói. Essas ideias reproduzidas incessantemente pelos meios de comunicação pouco contribuem para uma análise complexa da realidade e não são potentes para provocar debates urgentes sobre as causas e possíveis soluções. Esses discursos legitimam a manutenção das estruturas e condições sociais de injustiça, desigualdade e controle social.

A Educação Ambiental transformadora e transgressora das ideologias dominantes, que tem como propósito questionar pensamentos hegemônicos e conciliatórios mantenedores das injustiças sociais se coloca como desafio, mas ao mesmo tempo como alternativa para instituir novas formas de pensar a sociedade, por meio da formação de criticidade e do pensamento divergente. A Educação Ambiental deve assumir o papel de reconstrução de discursos que reposicionem o lugar da espécie humana na natureza e que problematize os mecanismos adotados para produção e distribuição dos bens de consumo, ao evidenciar a luta de classes invisibilizada pelas ideologias da classe dominante. Com isso, o convite a participação de forma a integrar uma comunidade de práticas onde os sujeitos podem ser capazes de analisar as origens das causas ambientais que não podem ser descoladas dos modelos sociais, políticos e econômicos, deve também integrar os discursos para a transformação social.

Vale destacar que se trata de um texto analisado, portanto, não é possível avaliar o quanto esse tipo de discurso se difunde nas produções da área. Diante disso, concebe-se que se faz necessário estudos mais amplos dessa natureza para compreensão da presença das ideologias dominantes difundidas pelos aparelhos do Estado em discursos educativos nas

teses e dissertações sobre Educação Ambiental brasileira, a fim de compreender a polissemia do termo *participação*, com vistas a contribuir para o debate sobre o campo que se consolida como estratégia para pensar o presente.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas de edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo. Editora 34, 2016 (1ª edição). 176p.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 216p.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84p.

CARVALHO, Luiz Marcelo. A Educação Ambiental e a formação de professores. In: **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental, Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC; SEF**, p. 55-65, 2001.

_____ Demandas e agendas da pesquisa em educação ambiental no Brasil: sentidos construídos a partir dos relatos dos grupos de discussão de pesquisa em educação ambiental (GDPS-EPEAS). **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.11, n.2, p.146-167, 2016.

COOKE, Bill; KOTARI, Uma. **Participation: The new tyranny?** London, USA, Zed Books Ltd, 2001. 224p.

COSTA, Luiz Rosalvo. Ideologia e divulgação científica: uma análise bakhtiniana do discurso da revista *Ciência Hoje*, **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 33-51, Maio/Ago, 2016.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: **MATO, D. (Org.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

HART, Roger. Children's participation: from tokenism to citizenship. **UNICEF International Child Development Centre**, Spedale degli Innocenti, Florence, Italy, 1992.

GOULART, Cecília. Enunciar é argumentar: analisando um episódio de uma aula de História com base em Bakhtin. Disponível em:<<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2443/54-dossie-goulartc.pdf>> 2007, Acesso em 01.12.22

HICKEY, Samuel; MOHAN, Giles. **Participation: from tyranny to transformation?** Exploring new approaches to participation in development was first published by Zed Books Ltd, London; New York, USA in 2004. 304p.

JACOBI, Pedro; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, Jan/Abr, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **In: Gestão em Ação**, v. 7, n.1, p.37-50, Jan/Abr, 2004.

_____ LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.11, n.1, p.53-71, 2013.

MEDVIÉDEV, Pável. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. São Paulo. Editora Contexto. 2012. 269p.

NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira; GUIMARÃES, Mauro. Da práxis participativa à Educação Ambiental Crítica: análises de propostas formativas de educadores ambientais da Baixada Fluminense. **Ambiente e Educação**, v. 21, n. 1, p. 59-74, 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Às dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, Jan/Dez, 1997.

THIEMANN, Flavia Torreão; CARVALHO, Luiz Marcelo; OLIVEIRA, Haydeé Torres. Environmental education research in Brazil, **Environmental Education Research**, v. 24, n.10, p. 1441-1446, 2018.

VARELA-LOSADA, Mercedes; VEJA-MARCOTE, Pedro; PÉREZ-RODRÍGUEZ, Uxio; ÁLVAREZ-LIRES, Maria. Going to action? A literature review on educational proposals in formal Environmental Education. **Environmental Education Research**, v. 22, n. 3, p. 390-421, 2016.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 1ª ed, São Paulo: Editora 34, 2017. 376 p.

_____ **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. 1ª ed, São Paulo: Editora 34, 2019. 400 p.

Submetido em: 04-10-2022

Publicado em: 16-12-2022